



GERAÇÃO CÉU AZUL S.A.

CNPJ nº 09.136.819/0001-55 | Companhia Fechada | Companhia do Grupo Neoenergia S.A.

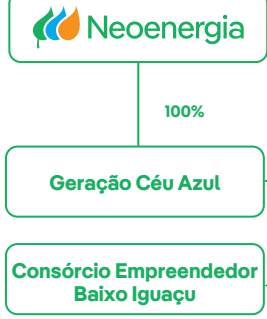
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados, Ao apresentar os resultados de 2024, a Geração Céu Azul S.A. reafirma seus princípios de sustentabilidade corporativa, sempre na busca do equilíbrio entre prosperidade econômica, responsabilidade ambiental e progresso social, com base em uma gestão eficiente, íntegra e ética.

1. GERAÇÃO CÉU AZUL

A Geração Céu Azul S.A. é uma sociedade por ações de capital fechado, controlada 100% pela Neoenergia S.A., que possui no escopo do seu objeto social estudar, planejar, projetar, construir, operar, manter e explorar empreendimentos e sistemas de produção e/ou geração de energia elétrica da usina hidrelétrica Baixo Iguaçu. Também atua com sistemas de transmissão, transformação, distribuição, comercialização de interesse restrito da usina hidrelétrica Baixo Iguaçu, bem como serviços correlatos que lhe venha, a ser concedidos ou autorizados por qualquer título de direito. O Consórcio Empreendedor Baixo Iguaçu ("CEBI" ou "Consórcio"), foi constituído em 27 de agosto de 2013, mediante contrato de constituição, pelas Companhias Geração Céu Azul com 70% de participação e COPEL Geração e Transmissão com 30% de participação, em conformidade com os artigos 278 e 279 da Lei nº 6.404/76, e tem como objetivo a implementação, operação, manutenção e exploração comercial da Usina Hidrelétrica Baixo Iguaçu (UHE Baixo Iguaçu), um empreendimento localizado no Rio Iguaçu, no estado do Paraná.



2. DESEMPENHO OPERACIONAL

A UHE Baixo Iguaçu é o último aproveitamento hidrelétrico da cascata do rio Iguaçu, região hidrográfica do Paraná, sub-bacia 65, a jusante da UHE Salto Cavias e está regulada conforme contrato de concessão de uso do bem público nº 02/2012. A usina entrou em operação em fevereiro de 2019, com a entrada em operação na primeira máquina e em abril com a totalidade das três máquinas que compõem a usina - com capacidade instalada de 350,2 MW e 172,4 MW médios de garantia física. Em 2024, foi gerado o montante bruto de 1.742.007 MWh. O índice de disponibilidade acumulada anual da Usina em 2024 foi de 96,09% e a Disponibilidade acumulada em 60 meses foi de 96,93% (ambas acima do valor de referência - 89,58%). Seu índice de confiabilidade foi de 99,86%.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhares de reais)				
	Notas	2024	2023	
Receita operacional, líquida	3	193.412	170.444	
Custos		(91.491)	(82.973)	
Custos com energia elétrica	4	(40.003)	(32.466)	
Custos de operação	5	(51.488)	(50.507)	
Lucro bruto		101.921	87.471	
Outras despesas gerais e administrativas	5	(9.727)	(9.525)	
Lucro operacional		92.194	77.946	
Resultado financeiro	6	(30.158)	(31.116)	
Receitas financeiras		10.654	14.865	
Despesas financeiras		(40.857)	(47.678)	
Outros resultados financeiros, líquidos		35	1.697	
Lucro antes dos tributos		61.966	46.830	
Tributos sobre o lucro	7.11	(11.641)	(8.986)	
Corrente		(11.472)	(9.149)	
Diferido		(169)	163	
Lucro líquido do exercício		50.325	37.844	

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhares de reais)				
	2024	2023		
Lucro líquido do exercício	50.325	37.844		
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido dos tributos	-	-		
Resultado abrangente do exercício	50.325	37.844		

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Geração Céu Azul S.A. ("Geração Céu Azul" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado integralmente controlada pela Neoenergia S.A., que tem como propósito específico participar do Consórcio Empreendedor Baixo Iguaçu, com participação de 70%, tendo como sócio a Copel que detém os outros 30%. O Consórcio Empreendedor Baixo Iguaçu foi responsável pela construção da Usina Hidrelétrica Baixo Iguaçu, um empreendimento localizado no Rio Iguaçu, no estado do Paraná, que iniciou sua operação comercial em fevereiro de 2019. A energia é produzida por meio de três unidades geradoras, totalizando uma capacidade instalada de 350 MW. A energia assegurada de 172,8 MW médios foi revisada através da portaria PRT 390/14 do Ministério de Minas e Energia e reduzida para 171,1 MW médios, a Geração Céu Azul recorreu da decisão e em 31 de dezembro de 2018, foi publicada no Diário Oficial da União, a retificação à Portaria SPE/ME nº 11/2017, que define a garantia física da UHE Baixo Iguaçu em 172,4 MW médios. A 1ª unidade geradora entrou em operação comercial em 08 de fevereiro de 2019. A 2ª e a 3ª unidades geradoras entraram em operação comercial em 21 de fevereiro de 2019 e 10 de abril de 2019, respectivamente. **1.1 Gestão de riscos financeiros e operacionais:** As Políticas de Gestão de Riscos, aprovadas pelo Conselho de Administração da Neoenergia S.A. em abril de 2024, compostas pelas políticas de riscos corporativos e pelas políticas de riscos específicas para cada negócio, que estabelecem os princípios básicos e o marco geral de atuação para o controle e gerenciamento dos riscos aos quais está exposto o Grupo Neoenergia e que devem ser aplicados de acordo com o disposto no propósito e valores do Grupo Neoenergia. O processo de gestão de riscos adota como fonte as principais boas práticas de mercado e diretrizes do COSO ERM e ISO 31000, assim como as premissas regulatórias e de órgãos que abrangem o setor de energia elétrica, em consonância com as regulamentações emitidas pela ANEEL. A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado da Neoenergia S.A. é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva Colegiada, Diretoria Financeira, Auditoria Interna e Gestão de Risco, Comitê de Auditoria, além das estruturas Governança e de Controle Internos. Este sistema de gerenciamento de riscos está desenvolvido ao melhor do atual acionista controlador e sua política global de riscos. **1.1.1 Gestão de riscos financeiros e de mercado:** A Política de Riscos Financeiros se aplica a todos os negócios que integram o Grupo Neoenergia, dentro dos limites previstos aplicáveis às atividades que geram exposição a riscos financeiros, devendo ser reproduzida por suas controladas, observando seus respectivos estatutos sociais e a legislação aplicável. Estão incluídas diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial e de *commodities*, risco de taxas de juros e índices de preços, risco liquidez e risco solvência, assim como a utilização de instrumentos derivativos para fins proteção, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida. A aprovação de operações envolvendo derivativos é realizada por alçada competente conforme política de limites e alçadas do Grupo Neoenergia e estatutos das controladas da Neoenergia S.A. As principais diretrizes em relação a estratégias de *hedge*, são: - Todo instrumento de dívida denominado ou indexado à moeda estrangeira deverá ter sua exposição cambial protegida (convertida para Reais) por meio de operações de *hedge*; - O risco de câmbio e de *commodities* deverá ser controlado e mitigado para todos os projetos de investimento, independentemente do valor; - Instrumentos não-divida com desdobros sujeitos a exposição cambial deverão ser avaliados e, se considerado necessário, deverão ser realizadas operações de *hedge* para mitigar o risco cambial; - Avaliar o risco das dívidas em moeda local e, se considerado necessário, contratar operações de *hedge* para mitigar o risco de taxa de juros, de acordo com o perfil desejado das dívidas pré-fixadas e flutuantes e considerando tanto a indexação natural a índices de preços nas receitas e custos quanto à composição de índices de juros que remuneram carteira de aplicações; - A contratação de derivativos é dedicada única e exclusivamente para fins de *hedge*, assim como não é permitida a contratação de derivativos "exóticos" nem "alavancados". A estratégia da Companhia foi desenvolvida através da visão integrada dos riscos aos quais está exposta, considerando não apenas o risco de mercado, gerado pelas possíveis mudanças nos preços e cotações das variáveis ativas e passivas nas quais mantém posições, e o risco de liquidez, mas também o risco de crédito, proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia, entre outros.

Riscos	Origem da exposição	Gestão
Risco de mercado - Taxa de juros (incluindo índices inflacionários)	Empréstimos e financiamentos indexados a diferentes taxas de juros incluindo, mas não se limitando, ao CDI.	Gestão de limite de exposição de ativos e passivos por componente de taxa de juros e índices inflacionários.
Risco de preços de produtos e insumos	Volatilidade dos preços de commodities metálicas e energia elétrica, e outros produtos.	Contratos de longo prazo com fixação de preços aderentes às projeções internas, ou operações a termo.
Risco de crédito	Recebíveis, garantias, adiantamentos a fornecedores e investimentos financeiros	Diversificação da carteira e políticas para monitoramento de indicadores de solvência e liquidez das contrapartes.
Risco de liquidez	Obrigações contratuais ou assumidas	Disponibilidade de linhas de crédito rotativo
Risco de solvência	Passivos financeiros, obrigações contratuais ou assumidas.	Monitoramento dos covenants financeiros e da situação econômico-financeira da Companhia.

A Administração entende que está adequada e alinhada às melhores práticas de mercado quanto a estrutura operacional e de controles internos da Companhia para garantir o cumprimento das diretrizes da Política de Riscos Financeiros e Política de Risco de Crédito. **a) Gestão de risco de mercado:** (i) Risco de taxas de juros e índices de preços: Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas pela exposição à variação de taxas de juros e/ou índices de preço, tanto no mercado brasileiro quanto no mercado externos (ex: CDI, TULP, TLP, SOFR, IPCA e IGP-M, dentre outros). O resultado desta exposição influencia o montante de encargos financeiros dívida e rendimentos das aplicações financeiras que impactam o resultado e o fluxo de caixa das operações. Por consequência, a Companhia busca manter o equilíbrio entre os ativos e passivos indexados a índices de preços de alta correlação, buscando mitigar eventuais riscos decorrentes da inflação. A Companhia monitora continuamente as taxas de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas. (ii) Risco de *Commodities*: Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas por elevação dos preços das *commodities* que são utilizadas pela Companhia em suas atividades operacionais. *Commodities* metálicas: variações nos preços de *commodities* metálicas podem impactar a rentabilidade dos projetos de investimentos, resultante no aumento de preço nos contratos dos fornecedores, implicando em maior necessidade de caixa para honrar os compromissos assumidos pela Companhia. *Commodities* energéticas: os preços das *commodities* energéticas são influenciados por fatores específicos dos negócios de geração de energia como demanda e oferta e recursos, além da entrada ou atraso de novos projetos na matriz energética. As variações nos preços de *commodities*

3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Resultados Econômico-Financeiros - R\$ mil ⁽¹⁾	2024	2023	Variação %
Receita Operacional Bruta	225.253	198.410	13,53
Receita Operacional Líquida	193.412	170.444	13,48
Margem Operacional Líquida	101.921	87.471	16,52
EBITDA	131.177	116.676	12,43
Resultado Financeiro	(30.158)	(31.116)	(3,08)
Lucro Líquido	50.325	37.844	32,98
Margem Operacional (%)	52,70%	51,32%	1,38
Margem EBITDA (%)	67,82%	68,45%	(0,63)
Margem Líquida (%)	26,02%	22,20%	3,82

⁽¹⁾ Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

Informações Patrimoniais - R\$ mil ⁽²⁾	dez/24	dez/23	Variação %
Ativo Total	1.852.207	1.903.966	(2,72)
Dívida Bruta	427.477	467.235	(8,51)
Dívida Líquida ⁽³⁾	343.045	347.570	(1,30)
Patrimônio Líquido	1.285.209	1.298.619	(1,03)

⁽²⁾ Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

⁽³⁾ Dívida líquida de disponibilidades, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários

Indicadores Financeiros de Dívida	dez/24	dez/23	Variação %
Dívida Líquida/EBITDA ⁴	2,62	2,98	(12,21)

⁽⁴⁾ EBITDA dos últimos 12 meses

Atendendo a Resolução CVM nº 156/22 demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) e, complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma resolução:

Conciliação EBITDA - R\$ mil ⁽¹⁾	2024	2023	Variação (R\$)	Variação (%)
Lucro líquido (A)	50.325	37.844	12.481	32,98
Receitas financeiras (B)	10.664	14.865	(4.201)	(28,26)
Despesas financeiras (C)	(40.857)	(47.678)	6.821	(14,31)
Outros resultados financeiros, líquidos (D)	35	1.697	(1.662)	(97,94)
Imposto de renda (E)	(11.641)	(8.986)	(2.655)	29,55
Depreciação (F)	(39.053)	(38.730)	(323)	0,83
EBITDA = A-(B+C+D+E+F)	131.177	116.676	14.501	12,43

⁽¹⁾ Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhares de reais)				
	2024	2023		
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	50.325	37.844		
Ajustado por:				
Depreciação e amortização	39.053	38.730		
Baixa de ativos não circulantes	6.122	84		
Tributos sobre o lucro	11.641	8.986		
Resultado financeiro, líquido	30.158	31.116		
Alterações no capital de giro:				
Contas a receber de clientes e outros	(15.097)	15.248		
Fornecedores e contas a pagar	612	(1.848)		
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar, líquidos	34	526		
Outros tributos a recuperar (recolher) e encargos setoriais, líquidos	(5.608)	(5.682)		
Provisões, líquidas dos depósitos judiciais	(7.700)	(13.175)		
Outros ativos e passivos, líquidos	5.960	14.505		
Caixa gerado nas operações	115.500	126.334		
Encargos de dívidas pagos	(35.360)	(38.165)		
Rendimento de aplicação financeira	11.118	15.683		
Pagamento de juros - Arrendamentos	(7)	(4)		
Tributos sobre o lucro pagos	(8.229)	(9.083)		
Caixa gerado pelas atividades operacionais	83.022	94.755		
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de imobilizado e intangível	(18.356)	(16.606)		
Caixa consumido nas atividades de investimentos	(18.356)	(16.606)		
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Pagamento de principal dos empréstimos e financiamentos	(42.486)	(42.171)		
Depósitos em garantias	(1.057)	1.009		
Pagamento de principal - Arrendamentos	(36)	(29)		
Remuneração paga aos acionistas	(56.320)	(19.509)		
Caixa consumido nas atividades de financiamentos	(99.899)	(60.700)		
(Redução) Aumento de caixa e equivalentes de caixa no exercício	(35.233)	17.449		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	119.665	102.216		
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	84.432	119.665		
Transações que não envolveram caixa:				
Adições, reversões e atualizações de provisões capitalizadas	2.092	4.085		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhares de reais)						
	Capital Social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.255.820	4.314	23.517	-	14.968	1.298.619
Lucro líquido do exercício	-	-	-	50.325	-	50.325
Aprovação de dividendos adicionais (16.2)	-	-	(23.517)	-	(14.968)	(38.485)
Destinação do lucro líquido:						
Constituição de reservas de lucros (nota 16.3)	-	2.516	-	(2.516)	-	-
Remuneração aos acionistas (16.2)	-	-	-	(47.802)	22.559	(25.250)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.255.820	6.830	-	-	22.559	1.285.209
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.255.820	2.422	23.517	-	-	1.281.759
Lucro líquido do exercício	-	-	-	37.844	-	37.844
Destinação do lucro líquido:						
Constituição de reservas de lucros (nota 16.3)	-	1.892	-	(1.892)	-	-
Remuneração aos acionistas (nota 16.2)	-	-	-	(35.952)	14.968	(20.984)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.255.820	4.314	23.517	-	14.968	1.298.619

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

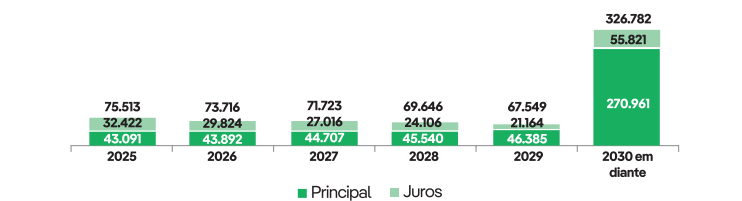
energéticas podem causar perda potencial de margem e/ou valor. A gestão do risco de preço de energia é realizada na cobertura de posições compradas e vendidas em aberto e lastro da energia comercializada. **b) Risco de liquidez:** O risco de liquidez é associado à possibilidade, da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, não concentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes. A Companhia gerencia o risco de liquidez alocando o excedente de caixa em aplicações financeiras de liquidez diária e mantendo adequadas reservas de recursos e linhas de crédito aprovadas com algumas das principais instituições financeiras do país. Adicionalmente, a Companhia acompanha mensalmente, por meio de índices de liquidez, a capacidade de geração de caixa da empresa para honrar com os compromissos assumidos principalmente, mas não se limitando, ao período de 12 (doze) meses. Em 31 de dezembro 2024, a Companhia mantém recursos aplicados em caixa e equivalentes de caixa em montante adequado a cobertura dos seus ciclos operacionais e financeiros. Os fluxos das obrigações da Companhia, por falta de vencimento, estão sendo apresentados em suas respectivas notas explicativas. Em destaque para as informações de empréstimos e financiamentos (veja nota 13). **c) Risco de solvência:** O risco de solvência está vinculado à possibilidade de deterioração da situação econômico-financeira que resulte na piora da qualidade de crédito ou na quebra de *covenants* financeiros que possam gerar o vencimento antecipado das dívidas, gerando impacto na classificação de crédito (*rating*), no custo da dívida de mercado. **d) Gestão de risco de crédito:** O risco de crédito refere-se à possibilidade, da Companhia incorrer em perdas financeiras ou econômicas devido ao não cumprimento de obrigações financeiras ou contratuais de terceiros, como inadimplência ou "não performance" de contrapartes. (i) Risco de crédito de contrapartes comerciais: O risco de a Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor elétrico, quando aplicável. Além disso, para as contrapartes de comercialização de energia, são adotados critérios específicos quanto à avaliação da sua capacidade de crédito e aprovação de limites. (ii) Risco de crédito de instituições financeiras: Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, a Companhia segue as disposições da sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuem boa qualidade de crédito (*rating*). É realizado o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus *ratings* de longo prazo publicados pelas agências de *rating*. O quadro a seguir apresenta os *ratings* de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências Moody's, S&P ou Fitch para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantém operações em aberto em 31 de dezembro de 2024.

Rating's de longo prazo em escala nacional	Moody's	S&P	Fitch
Banco do Brasil	AAA	AAA	AAA
Bradesco	AAA	AAA	AAA
Itaú	AAA	AAA	AAA
Santander	AAA	AAA	AAA
BNDES	AAA	AAA	AAA
Citibank	AAA	AAA	AAA

1.1.2 Gestão de Riscos Operacionais: a) Risco regulatório: Os riscos regulatórios são aqueles provenientes de criação ou alteração nas normas estabelecidas pelos órgãos reguladores sobre os quais o setor elétrico ampara suas operações, tais como mudança no grau de controle das atividades reguladas e condições de fornecimento, ou ainda, sobre a regulamentação ambiental ou fiscal, incluindo os riscos de mudança política que possam afetar a segurança jurídica e o marco legal aplicável aos negócios em cada jurisdição, a nacionalização ou expropriação de ativos, cancelamento de licenças, descumprimento parcial ou total dos contratos e risco legal ou de fraude. **b) Risco de hidrológico:** A energia vendida pelo negócio de Geração Hidráulica depende das condições hidrológicas dos reservatórios, impactado por questões climáticas. A receita da venda é vinculada à garantia física, cujo volume é determinado pelo Ministério de Minas e Energia. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios dessas usinas, reduzindo a geração hidrelétrica devido a sua substituição por fontes térmicas ou à queda do consumo propiciada pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica. O prolongamento da geração por meio de termelétricas pode fazer com que a Companhia

4. ENDIVIDAMENTO

A companhia possui 100% do volume da sua dívida contratada junto ao BNDES com amortização linear.





(a) Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 2024:

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras	As emendas estabelecem requerimentos para classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de <i>covenants</i> como circulante ou não circulante. Segundo as emendas o passivo deve ser classificado como circulante quando a entidade não tem o direito no final do período de reporte de definir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após o período de reporte. Adicionalmente, apenas <i>covenants</i> cujo cumprimento é obrigatório antes do, ou, no final do período de reporte devem afetar a classificação de um passivo como circulante ou não circulante.	01/01/2024, aplicação retrospectiva
IFRS 16/ CPC 6 (R2): Arrendamentos	As emendas incluem requerimentos que especificam que o vendedor-arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo - que atende aos requisitos para ser reconhecida como receita de venda - e retro arrendamento (<i>Sale and Leaseback</i>) de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação.	01/01/2024, aplicação retrospectiva
IAS 7/ CPC 3: Demonstração dos Fluxos de Caixa	Divulgação de operações de Risco Sacado (<i>Reverse factoring</i>), que envolvem as Companhias e seus fornecedores. Os novos requisitos de divulgação tornarão visível o uso de acordos de financiamento de fornecedores por uma companhia e permitirão que os investidores observem como o uso desses instrumentos afetou as operações e a estrutura capital da Companhia.	01/01/2024, aplicação retrospectiva

Para as emendas e normativas listadas acima, a Companhia não identificou impactos significativos na aplicação inicial em suas demonstrações financeiras. **(b) Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 01/01/2025:**

Norma	Descrição da alteração	Vigência
Resolução CVM nº 223/ OCPC 10: Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (<i>allowances</i>) e Crédito de Descarbonização (C BIO).	O objetivo desta orientação contábil é estabelecer os requisitos para o reconhecimento, mensuração e divulgação de créditos de carbono (tCO2e), permissões de emissão (<i>allowances</i>) e créditos de descarbonização (C BIO) das entidades atuantes no mercado de capitais brasileiro. Consequentemente, visa reduzir a diversidade de práticas contábeis adotadas nas demonstrações financeiras.	01/01/2025, aplicação retrospectiva
IFRS 7 (CPC 40): Divulgação de instrumentos financeiros	As emendas estabelecem requerimentos de divulgação relativos a: (i) investimentos em participação societária mensurados a valor justo através dos outros resultados abrangentes; e (ii) instrumentos financeiros com características contingentes que não se relacionam diretamente com riscos e custos básicos de empréstimo.	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 9 (CPC 48): Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	As emendas estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; e (ii) avaliar as características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros, incluindo aqueles com características ambientais, sociais e de governança ("ASG" ou "ESG").	01/01/2026, aplicação retrospectiva

A IFRS 18 introduz três categorias definidas para receitas e despesas - operacionais, de investimento e de financiamento - para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as entidades forneçam novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional. A estrutura melhorada e os novos subtotais darão aos investidores um ponto de partida consistente para analisar o desempenho das companhias. A IFRS 18 também exige que as companhias divulguem explicações sobre as medidas específicas que estão relacionadas com a demonstração dos resultados, referidas como medidas de desempenho definidas pela Administração. Os novos requisitos irão melhorar a disciplina e a transparência das medidas de desempenho definidas pela Administração e provavelmente torná-las sujeitas a auditoria. A IFRS 18 substituirá a IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras.

IFRS 19 simplifica as exigências de divulgação de entidades que são subsidiárias sem responsabilidade pública, permitindo que estas utilizem as IFRS *Accounting Standards* para fins de reconhecimento e mensuração, mas com requisitos de divulgação reduzidos.

Essa norma se aplica somente as entidades que: (i) sua controladora consolida as informações aplicando a IFRS 10 *Consolidated Financial Statements* e disponibiliza a demonstração financeira consolidada para o público geral, e (ii) a entidade não possui títulos e valores mobiliários sendo negócios em mercado, seja bolsa ou balcão.

A Companhia espera impactos substanciais na elaboração da Demonstração de Resultado e da Demonstração dos Fluxos de Caixa, originados pela aplicação da IFRS 18. A Companhia está analisando os possíveis impactos referentes a este pronunciamento em suas demonstrações financeiras e aguardará a orientação do CPC para a aplicação deste pronunciamento. Em relação aos demais normativos com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

2.4 Participação em consórcio: A Companhia participa com 70% no Consórcio UHE Baixo Iguaçu, liderado pela Geração Céu Azul, e adotou os seguintes critérios para reconhecimento dessa participação: - Os componentes do ativo e do passivo do Consórcio são reconhecidos nas demonstrações financeiras da Companhia na proporção da sua participação; - O resultado foi reconhecido na proporção das receitas e despesas diretamente nas rubricas contábeis da Companhia; - Foi procedida a eliminação dos saldos das transações mantidas entre o Consórcio e a Companhia, quando existentes. Os balanços patrimoniais do Consórcio UHE Baixo Iguaçu, levantados em 31 de dezembro de 2024 e 2023, e as respectivas demonstrações dos resultados dos exercícios findos naquelas datas, são sumarizados como segue:

	2024	2023
(i) Balanços Patrimoniais		
Circulante	12.602	15.478
Não circulante	2.180.846	2.227.312
Ativo	2.193.448	2.242.788
Circulante	14.950	19.497
Não circulante	72.984	81.291
Patrimônio líquido	2.105.514	2.142.000
Passivo	2.193.448	2.242.788
(ii) Demonstrações de Resultado		
Despesas administrativas	(2.731)	(2.625)
Outras receitas e despesas operacionais	(65.624)	(65.450)
Recuperação de despesas	20.750	19.921
Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos	(47.605)	(48.104)
Recuperação de despesas	(2.755)	1.566
Despesas financeiras	308	479
Receitas financeiras	2.447	(2.045)
Prejuízo do exercício	(47.605)	(48.104)

a) Política contábil: Negócio em conjunto é aquele em que duas ou mais partes têm o controle conjunto estabelecido contratualmente, podendo ser classificado como uma operação em conjunto ou um empreendimento controlado em conjunto (*joint ventures*), dependendo dos direitos e obrigações das partes. Enquanto em uma operação em conjunto, as partes integrantes têm direitos sobre os ativos e obrigações sobre os passivos relacionados ao negócio, em um empreendimento controlado em conjunto, as partes têm direitos sobre os ativos líquidos do negócio. A Companhia classifica os consórcios como operações em conjunto e reconhece os ativos, passivos e as respectivas receitas e despesas limitando-se à sua responsabilidade ("Participação") nestas operações.

3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2024	2023
Fornecimento de energia	220.487	194.724
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	4.766	3.686
Receita operacional bruta	225.253	198.410
(-) Pis e Cofins	(20.836)	(18.353)
(-) Encargos setoriais ⁽¹⁾	(11.005)	(9.613)
Receita operacional, líquida	193.412	170.444

(1) Refere-se aos encargos de pesquisa e desenvolvimento (P&D), taxa de fiscalização de serviço de energia elétrica (TFSE) e Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos (CFURH). **3.1 Política contábil e julgamento crítico:** a) Política contábil: A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e podem ser mensuradas de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando quaisquer as estimativas de contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. A Companhia vende a energia produzida no Ambiente de Contratação Livre ("ACL"), onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no Ambiente de Contratação Regulada ("ACR"), onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores. A receita de operações de venda de energia na CCEE e transações no mercado de curto prazo estão reconhecidos pelo valor justo da contraprestação a receber quando as transações ocorrem. O preço da energia nessas operações tem como característica o vínculo com Preço de Liquidação de Diferenças ("PLD"). b) Estimativas e julgamento crítico: Para a receita de venda de energia na CCEE, a Companhia utiliza-se da medição prévia da usina extraída do sistema de coleta de dados de energia da CCEE, prévia da perda interna com base no histórico e perda da rede básica, contratos de compra e venda definidos no curto prazo além daqueles vigentes à época, valor do PLD (realizado e previsto) divulgado pela CCEE e prévia do *Generation Scaling Factor* ("GSF") de acordo com as informações disponibilizadas pelo Operadora Nacional do Sistema Elétrico ("ONS").

4. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA

	2024	2023
Compra para revenda		
Energia adquirida no ambiente de contratação livre - ACL	(11.659)	(8.392)
Energia curto prazo - PLD e MRE ⁽¹⁾	(7.50)	(2.593)
Outros	(10)	(88)
Subtotal	(19.519)	(11.073)
Créditos Pis e COFINS	1.662	265
Total	(17.857)	(10.108)
Encargos de uso dos sistemas de distribuição e transmissão		
Encargos de rede básica	(24.496)	(24.654)
Subtotal	(24.496)	(24.654)
Créditos de Pis e COFINS	2.350	2.296
Total	(22.146)	(22.358)
Total dos custos com energia elétrica	(40.003)	(32.466)

(1) PLD - Preço de Liquidação de Diferenças e MRE - Mecanismo de Realocação de Energia.

5. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS

	2024	2023
Custos de operação		
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	(5.734)	(5.747)
Despesas administrativas	(499)	(499)
Serviços de terceiros (nota 5.1)	(10.278)	(12.399)
Depreciação e amortização	(39.053)	(39.053)
Outras receitas e despesas, líquidas ⁽¹⁾	(2.144)	(1.443)
Total	(51.488)	(61.285)
2023		
Custos de operação	(6.712)	(6.729)
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	(475)	(475)
Despesas administrativas	(499)	(499)
Serviços de terceiros (nota 5.1)	(9.546)	(11.651)
Depreciação e amortização	(38.730)	(38.730)
Outras receitas e despesas, líquidas ⁽¹⁾	(2.214)	(373)
Total	(50.507)	(60.332)

(1) Refere-se a seguros, materiais, viagens a serviço, arrendamentos entre outros;

5.1 Serviços de terceiros:

	2024	2023
Serviços técnicos e manutenções	(8.927)	(8.844)
Serviços jurídicos	(25)	(21)
Consultoria e auditoria	(313)	(294)
Comunicação	(100)	(101)
Uso da marca	(1.385)	(1.236)
Vigilância	(558)	(559)
Outros serviços	(1.765)	(1.107)
Subtotal	(13.073)	(12.162)
Crédito Pis e COFINS	674	651
Total	(12.399)	(11.511)

6. RESULTADO FINANCEIRO

	2024	2023
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	11.188	15.483
(-) Tributos sobre receita financeira	(524)	(818)
Outras receitas financeiras	70	-
10.664	14.865	
Despesas financeiras		
Encargos sobre instrumentos de dívida	(39.253)	(43.266)
Atualização de provisões para processos judiciais e provisões ambientais	1.602	(1.247)
Taxas	(2.246)	(2.721)
Tributos	(146)	(145)
Outras despesas financeiras	(814)	(299)
(40.857)	(47.678)	

Outros resultados financeiros, líquidos
Outras variações monetárias, líquidas

	2024	2023
	35	1.697
	35	1.697
(30.158)	(31.116)	

Resultado financeiro líquido

7. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO, OUTROS TRIBUTOS E ENCARGOS SETORIAIS

7.1 Tributos sobre o lucro: Os tributos sobre o lucro correntes e diferidos são representados pelo imposto de Renda ("IRPJ") e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), e são calculados com base na alíquota de 34% sobre o lucro antes dos impostos (IRPJ - 25% e CSLL - 9%), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real do exercício. **7.1.1 Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado:** A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos reconhecidos estão apresentados a seguir:

	2024	2023
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	61.966	46.830
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%	(21.068)	(15.922)
Benefício tributário sobre os juros sobre o capital próprio	8.585	7.134
Outras adições (reversões)	842	(198)
Tributos sobre o lucro	(11.641)	(8.986)
Alíquota efetiva	18,79%	19,19%
Corrente	(11.472)	(9.149)
Diferido	(169)	163

7.1.2 Tributos diferidos ativos e passivos: Os tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos com base nos prejuízos fiscais e diferenças temporárias entre os valores contábeis para fins das demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

	2024	2023
Diferenças temporárias:		
Provisão para processos judiciais	173	8
PLR	91	326
Risco Hidrológico (GSF)	(175)	(97)
Provisões de Fornecedores	154	162
Total	232	401

As variações dos tributos diferidos são as seguintes:

	Ativo	Passivo
Saldos em 31 de dezembro de 2023	401	(169)
Efeitos reconhecidos no resultado		232
Saldos em 31 de dezembro de 2024	401	63

Saldos em 31 de dezembro de 2022
Efeitos reconhecidos no resultado

	2024	2023
Saldos em 31 de dezembro de 2023	401	63

A Administração considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção dos lucros tributáveis futuros, baseados nas projeções do planejamento estratégico. Em 31 de dezembro de 2024, a expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos reconhecidos será em 2025 no total de R\$ 232. **7.1.3 Tributos correntes ativos e passivos:**

	2024	2023
IRPJ	6	660
CSLL	109	391
Ativo	115	1.051
2024	1.103	-
Passivo	1.103	-

7.1.4 Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro: Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia possui o montante de R\$ 4.882 e R\$ 0, respectivamente, referente a tratamentos fiscais adotados e que estão suscetíveis aos questionamentos das autoridades tributárias, cujo prognóstico da Companhia, suportada pelos assessores jurídicos, é que tais tratamentos fiscais adotados sejam acolhidos pelas autoridades nas esferas administrativas e/ou judiciais, quando necessário. As principais naturezas são processos administrativos oriundos da não homologação de perdidos de compensações realizadas através de direitos creditórios de IRPJ e CSLL. **7.1.5 Política contábil e julgamentos críticos:** a) Política contábil: Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. Os tributos sobre o lucro são calculados com base em alíquotas brasileiras e o seu reconhecimento é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável. Os tributos diferidos ativos reconhecidos nas demonstrações financeiras baseiam-se em estudos técnicos, preparados pela Administração, que suportam a expectativa de lucros tributários futuros. Esses estudos levam em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras, elaboradas com base em premissas internas e em cenários econômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro. b) Estimativas e julgamentos críticos: É necessário julgamento para determinar as principais premissas utilizadas na mensuração dos tributos diferidos ativos, considerando as premissas e estimativas de fluxos de caixa projetados, o montante dos créditos tributários reconhecidos podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas de energia, preços de energia, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) premissas externas sobre o cenário macroeconômico, incluindo perspectivas de demanda comercial e o ambiente tributário. A Companhia também aplica julgamento contábil crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis a legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza, de tal modo que podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis. **7.2 Outros tributos: 7.2.1 Outros tributos e encargos setoriais a recolher:**

	2024	2023
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	-	15
Programa de integração social - Pis	214	249
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	995	1.156
Impostos e contribuições retidos na fonte	1.725	319
Outros	517	1.495
Outros tributos a recolher	3.251	3.234
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	1.817	1.855
Outros	1.711	1.658
Encargos setoriais	3.528	3.513
Total outros tributos e encargos setoriais a recolher	6.779	6.747
Circulante	4.709	4.709
Não circulante	1.192	2.638

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2024	2023
Caixa e depósitos bancários à vista	7.770	5.418
Fundos de Investimento	76.662	114.247
Total	84.432	119.665

As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de dezembro de 2024 é de 99,90% (100,49% em 31 de dezembro de 2023) do CDI. A carteira de aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, é constituída, principalmente por fundos de investimentos exclusivos do Grupo Neoenergia, compostos por diversos ativos, conforme abaixo:

	2024	2023
Carteira		
Outros exclusivos		
Operações compromissadas	76.662	114.247
Total	76.662	114.247

Os fundos de investimentos exclusivos do Grupo representam apenas veículos de propósito específico controlados pela Neoenergia S.A. Os fundos estão sujeitos a obrigações restritas ao pagamento de serviços prestados pela administração dos ativos, atribuída a operação dos investimentos, como taxas de custódia, auditoria e outras despesas, inexistindo obrigações financeiras relevantes ou demandas judiciais ou extrajudiciais, bem como ativos dos cotistas para garantir essas obrigações.

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

	2024	2023
Fornecimento de energia	25.385	9.448
Comercialização de energia na CCEE	705	1.545
Total	26.090	10.993

A Companhia não possui saldos vencidos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. **9.1 Política contábil e julgamentos críticos:** a) Política contábil: O Contas a receber são ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (nota 18.1) e são reconhecidos quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional. b) Estimativas e julgamentos críticos: A Companhia não possui histórico de inadimplência e considerando as garantias oferecidas nos contratos bilaterais, a exposição do risco de crédito é residual. Dada à essas características, o nível de constituição das perdas esperas não é relevante para essa classe de recebíveis. Além disso, a CCEE controla o montante de contas a receber e respectivas inadimplências do setor, diminuindo o risco de crédito nessas operações.

10. IMOBILIZADO

As variações do imobilizado, por classe de ativo, estão demonstrados conforme a seguir:

	Centrais de hidrelétricas	Construções e terrenos	Outros	Ativos em construção	Total
Taxa de depreciação a.a	16,70%	4,00%	6,25%	14,29%	
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.033.877	598.207	388	100.898	1.733.370
Adições	-	-	-	9.552	9.552
Depreciação	(29.080)	(9.129)	(64)	(6.122)	(38.395)
Transferências - outros ativos ⁽¹⁾	1.301	15.245	-	(16.546)	(2.300)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.000.093	604.300	308	85.902	1.690.603
Custo	1.164.922	656.671	468	85.902	1.907.963
Depreciação acumulada	(164.829)	(52.371)	(160)	(217.360)	(344.520)

